

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quarta Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8009857-72.2020.8.05.0080 Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível APELANTE: ESTADO DA BAHIA Advogado (s): APELADO: JOAO FRANCISCO SANTOS FILHO Advogado (s): RAIFFI OLIVEIRA DE SANTANA ACORDÃO APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DA GAP V. REGULAMENTAÇÃO DOS NÍVEIS IV E V PELA LEI ESTADUAL N.º 12.566/2012. CARÁTER GENÉRICO DA GRATIFICAÇÃO. PRECEDENTES DESTES TJBA. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS VALORES RETROATIVOS A PARTIR DAS DATAS PREVISTAS NA LEI REGULAMENTADORA. CONECTIVOS LEGAIS QUE DEVEM INCIDIR SOBRE OS VALORES RETROATIVOS NOS TERMOS ESTABELECIDOS PELA EC 113/2021, A PARTIR DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021. NO PERÍODO ANTERIOR, DEVE SER APLICADA A TESE RECONHECIDA PELO STF NO RE 870.947 (TEMA 810 DO STF). APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 8009857-72.2020.8.05.0080, tendo como Apelante o ESTADO DA BAHIA e Apelado JOAO FRANCISCO SANTOS FILHO. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao apelo, pelas razões expostas no voto do Relator. Salvador, 6 de Novembro de 2023. Presidente Des. Antonio Adonias Aguiar Bastos Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA QUARTA CÂMARA CÍVEL DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e provido em parte Por Unanimidade Salvador, 6 de Novembro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quarta Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8009857-72.2020.8.05.0080 Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível APELANTE: ESTADO DA BAHIA Advogado (s): APELADO: JOAO FRANCISCO SANTOS FILHO Advogado (s): RAIFFI OLIVEIRA DE SANTANA RELATÓRIO Cuida-se de Apelação Cível interposta pelo ESTADO DA BAHIA contra a sentença (Id. 38542392) prolatada pelo Juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Salvador, nos autos da Ação Ordinária proposta por JOAO FRANCISCO SANTOS FILHO, que julgou parcialmente procedentes os pleitos do autor, nos seguintes termos: "Face ao exposto, com fundamento nos argumentos ora delineados, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, determinando que o Estado da Bahia implante na folha de pagamento do autor a GAP na referência V, efetuando o pagamento da importância retroativa a contar da entrada em vigor da Lei n. 12.566/2012, observando os termos do art. 5º do referido diploma legal para tanto. Condeno a parte sucumbente ao pagamento de honorários sucumbenciais, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Isento de custas". Nas razões de apelação (Id. 38542396), o recorrente defende que "desde a sua criação, (i) a GAP consubstancia-se em gratificação condicional, instituída, dentre outros critérios, em razão da situação individual de cada servidor (propter personam); (ii) a concessão da GAP decorre de ato discricionário, baseado nos critérios de conveniência e oportunidade da administração pública; e (iii) possuindo a natureza jurídica de gratificação propter personam, a concessão e o aumento da GAP não se encontram vinculados, apenas, aos singelos requisitos elencados pelo (s) Autor (es) (jornada semanal de 40 horas e interstício mínimo de 12 meses na referência anterior), senão que depende da reunião e análise circunstanciada das condições estabelecidas para cada nível de referência". Menciona que a Lei 12.566/12 impôs novo critério para a concessão da vantagem nos níveis pretendidos pela parte autora, relativo à necessidade de observância dos deveres policiais militares, o que será aferido através dos registros funcionais do miliciano. Aponta que essa exigência é legal e constitucional, como reconheceu o Tribunal Pleno nos autos do processo nº

0304896-81.2012.805.0000. Sustenta a impossibilidade de concessão retroativa da remuneração pretendida, sob o fundamento de que um dos requisitos necessários para auferir a GAP nas referências IV e V é a permanência mínima de doze meses na referência anterior àquela pleiteada, nos termos do art. 8º da Lei Estadual nº 12.566/2012. Afirma que “a jurisprudência é firme no sentido de que questões relacionadas a remuneração de servidores públicos não podem ser solucionadas a partir da interferência de um outro Poder (in casu, o Judiciário) nos destinos do outro (Executivo)”, invocando a aplicação do enunciado da Súmula Vinculante n.º 37. Assevera que “como os processos revisionais e os requisitos necessários para autorizar o pagamento da GAP em seu nível V encontram-se dispostos na Lei Estadual nº 12.566/2012, não cabe ao Judiciário, sob pena de malferimento ao princípio da separação dos poderes, deferir a majoração de nível à parte autora, que pode não adimplir os requisitos legais exigidos para tanto”. Ressalta que o art. 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal configura intransponível obstáculo à concessão dos pleitos deduzidos na exordial, uma vez que a pretensão da parte Recorrida se enquadra como de “concessão de vantagem ou aumento de remuneração”, para o que a Constituição Federal impõe a existência de prévia dotação orçamentária, bem como de autorização específica na LDO, requisitos estes que não se encontram cumpridos. Registra que a eventual decisão e procedência dos pleitos fere, ainda, a Lei Complementar nº 101/2000 ( Lei de Responsabilidade Fiscal, arts. 16, incisos I e II, e 18, 19 e 20, II, c), eis que o Estado seria impulsionado a infringir suas normas de limitação de despesa de pessoal. Requer, caso seja condenado ao pagamento das verbas pleiteadas, a ressalva, na decisão, quanto à compensação de eventuais valores pagos já recebidos pela parte Apelada, a serem apurados na fase de liquidação/cumprimento de sentença, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do Apelado às custas do Erário público. Salienta, em caso de condenação, que deve ser utilizado o índice referencial da taxa Selic a título de correção monetária e juros de mora. Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso. Intimado, o Recorrido apresentou contrarrazões (Id. 38542399), requerendo o não provimento do recurso e a majoração dos honorários de sucumbência impostos ao Apelante. É o relatório. Inclua-se em pauta. Salvador, de de 2023. Des. Antonio Adonias Aguiar Bastos Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quarta Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8009857-72.2020.8.05.0080 Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível APELANTE: ESTADO DA BAHIA Advogado (s): APELADO: JOAO FRANCISCO SANTOS FILHO Advogado (s): RAIFFI OLIVEIRA DE SANTANA VOTO Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. A insurgência gira em torno da possibilidade de conceder a GAP no nível V ao Apelado e o pagamento dos valores retroativos da referida vantagem. A Gratificação de Atividade Policial Militar – GAPM foi instituída pela Lei Estadual n.º 7.145/1997, com o objetivo de compensar os policiais militares pelo exercício de suas atividades e os riscos delas decorrentes, levando-se em conta o local e a natureza do exercício funcional, o grau de risco inerente às atribuições do posto ou graduação, além do conceito e o nível de desempenho do policial militar, nos termos preconizados pelo art. 6º da referida Lei. Vejamos: “Art. 6º – Fica instituída a Gratificação de Atividade Policial Militar, nas referências e valores constantes do Anexo II, que será concedida aos servidores policiais militares com o objetivo de compensar o exercício de suas atividades e os riscos delas decorrentes, levando-se em conta: I– o local e a natureza do exercício funcional; II– o grau de risco

inerente às atribuições normais do posto ou graduação; III- o conceito e o nível de desempenho do policial militar." O art. 7º do mesmo Diploma previu o escalonamento da referida gratificação em 5 (cinco) referências, ao passo que o art. 10 da Lei estabeleceu que cabe ao Poder Executivo regulamentar os critérios para implementação da gratificação. Art. 7º – A gratificação instituída nos termos do artigo anterior, escalonada em 5 (cinco) referências, consistirá em valor em espécie, fixado em função do respectivo posto ou graduação. Art. 10 – O Poder Executivo expedirá regulamento disciplinando o procedimento para concessão e pagamento da Gratificação instituída por esta Lei, definindo a forma de apuração dos critérios que fundamentam a sua atribuição. A mencionada lei ainda previu os critérios para concessão da GAP nos níveis I, II e III, conforme disposto no art. 13: "Art. 13 – Será concedida, aos atuais ocupantes de postos e graduações da Polícia Militar do Estado da Bahia, a Gratificação de Atividade Policial Militar, na referência I, sendo seu pagamento devido a partir de 01 de agosto de 1997. § 1º – No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo procederá à revisão da referência da gratificação autorizada por este artigo, com vistas à sua elevação para a referência II, exclusivamente para os policiais militares que, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais e em razão das atribuições de seus cargos, desempenhem atividades de policiamento ostensivo, patrulhamento e rondas, extinção de incêndios, prestação de socorro público, busca e salvamento, bem como as inerentes ao seu planejamento, coordenação, orientação e controle e outras de natureza correlata. § 2º – Observado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, deverá, ainda, o Poder Executivo definir a concessão da Gratificação, na referência III, aos servidores policiais militares, que, por absoluta necessidade do serviço, estejam obrigados a cumprir jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais". Portanto, a Lei Estadual n.º 7.145/97, apesar de ter previsto os níveis IV e V da GAP, não regulamentou os requisitos para a sua concessão, limitando-se a fazê-lo em relação aos níveis I, II e III. A regulamentação dos níveis IV e V da GAPM ocorreu com o advento da Lei Estadual n.º 12.566/2012, que disciplinou os processos revisionais para acesso aos aludidos níveis, nos seguintes termos: "Art. 3º – Em novembro de 2012, será concedida antecipação relativa ao processo revisional para acesso à referência IV da GAP, aplicando-se aos valores constantes da tabela do Anexo II o redutor de R\$100,00 (cem reais). Art. 4º – Os valores da referência IV da GAP, constantes da tabela do Anexo II desta Lei, serão devidos em 1º de abril de 2013, com a conclusão do respectivo processo revisional. Art. 5º – Em novembro de 2014, será concedida antecipação relativa ao processo revisional para a referência V da GAP, segundo valores escalonados de acordo com o posto ou graduação ocupados, conforme tabela constante do Anexo III desta Lei. Art. 6º – Os valores da referência V da GAP, constantes da tabela do Anexo II, serão devidos em 1º de abril de 2015, com a conclusão do respectivo processo revisional. Art. 7º – O pagamento das antecipações de que tratam os artigos 3º e 5º desta Lei não é cumulável com a percepção da GAP em quaisquer das suas referências. Art. 8º – Para os processos revisionais excepcionalmente previstos nesta Lei deverá o Policial Militar estar em efetivo exercício da atividade policial militar ou em função de natureza policial militar, sendo exigidos os seguintes requisitos: I – permanência mínima de 12 (doze) meses na referência atual; II – cumprimento de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais; III – a observância dos deveres policiais militares, da hierarquia e da disciplina, nos termos dos arts.

3º e 41 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001. Parágrafo único – Os requisitos previstos neste artigo serão comprovados com base nos registros relativos ao exercício funcional do Policial Militar mantidos na Corporação, limitados ao tempo de permanência do servidor na referência atual". Com base no art. 8º, acima transcrito, para o policial militar alcançar os níveis IV e V da GAP seria necessário, além da permanência mínima de 12 (doze) meses na última referência e o cumprimento de carga horária de 40 horas semanais, a observância dos deveres policiais militares da hierarquia e da disciplina. A aferição deste último requisito seria feita por meio de processos revisionais, de modo a imputar caráter personalíssimo à gratificação nas referências em questão, segundo o disposto na lei. No entanto, a posição deste Tribunal de Justiça se firmou no sentido de reconhecer o caráter genérico com que vem sendo paga a GAP aos policiais da ativa, inclusive nas referências IV e V. Reconhecendo o perfil genérico da referida gratificação, esta Corte também já sedimentou a possibilidade de extensão do seu pagamento aos inativos, com base na paridade prevista no art. 40, § 8º da Constituição Federal (em sua redação anterior à EC n.º 41/2003); no art. 42, § 2º da Constituição do Estado da Bahia; e, especificamente para os policiais militares, nos termos do art. 121 da Lei Estadual n.º 7.990/01, abaixo reproduzido: "Art. 121 – Os proventos da inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos policiais militares em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos policiais militares em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei. Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos em Lei, os proventos da inatividade não poderão exceder à remuneração percebida pelo policial militar da ativa no posto ou graduação correspondente aos seus proventos". Nesse sentido, consulte-se os seguintes precedentes: APELAÇÕES SIMULTÂNEAS. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE ESTADO DA BAHIA: POLICIAL MILITAR INATIVO. GAP IV E V. GRATIFICAÇÃO. CARÁTER GENÉRICO. EXTENSÃO. INATIVOS. PARIDADE. GARANTIA. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. RECURSO DE HUGO SÉRGIO MIRANDA DE SOUSA: POLICIAL MILITAR INATIVO. GAP V. GRATIFICAÇÃO JÁ PERCEBIDA PELO APELANTE. RECURSO DESPROVIDO. I – A Gratificação de Atividade Policial Militar, em razão do seu caráter genérico e linear, incorpora-se aos proventos da inatividade, qualquer que seja o seu tempo de percepção, nos exatos termos do artigo 14 da Lei nº 7.145/97. II – Evidenciado o pagamento genérico e linear da GAP a todos os policiais da ativa deve ser mantida a sentença de procedência, para impor ao Estado a implantação da GAP IV e V aos proventos dos Autores e ao pagamento das diferenças retroativas, observada a prescrição quinquenal. III– Descabe, entretanto, a extensão da gratificação ao servidor HUGO SÉRGIO MIRANDA DE SOUSA, vez que já implementada a referida verba em seus proventos. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0567574-43.2015.8.05.0001, Relator (a): PAULO ALBERTO NUNES CHENAUD, Publicado em: 15/02/2022) DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CARREIRA MILITAR. SERVIDOR INATIVO. AÇÃO DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. GRATIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR – GAP. REVISÃO. NÍVEL IV. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO, EXTENSIVO AOS SERVIDORES INATIVOS. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. INTELIGÊNCIA DO ART. 40, § 8º, DA CARTA MAGNA C/C ART. 42, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, E ART. 121, DA LEI ESTADUAL Nº. 7.990/2001. REGULAMENTAÇÃO POR MEIO DA LEI Nº. 12.566/2012,

INFLUENCIÁVEL NO JULGAMENTO DA CAUSA. DIREITO A IMPLEMENTAÇÃO. EVIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA. VERBAS REMUNERATÓRIAS DE CARÁTER ALIMENTAR. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. PAGAMENTO DEVIDO DE VALORES RETROATIVOS, EM OBSERVÂNCIA AO CRONOGRAMA ESTIPULADO EM LEI REGULAMENTADORA, ACRESCIDO DE CONSECTÁRIOS LEGAIS. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SENTENÇA REFORMÁVEL. SUCUMBÊNCIA PROPORCIONAL AO DECAIMENTO. ARTS. 86, 87 DO CPC VIGENTE. PERCENTUAL A SER DEFINIDO QUANDO LIQUIDADO O JULGADO, ART. 85, § 4º, II, CPC. RECURSO PROVIDO, EM PARTE. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE, EM PARTE. (CLASSE: APELAÇÃO, NÚMERO DO PROCESSO: 0303020-65.2013.8.05.0256, RELATOR (A): LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO, PUBLICADO EM: 01/06/2021) Na hipótese, o Apelado comprovou que é policial militar e que recebe a GAP no nível III há mais de 12 (doze) meses (Id. 38542368). Assim, é devida a implementação da GAP no nível V no soldo do Recorrido, uma vez que já atendido o requisito temporal para passagem do nível III para o nível V, observado o marco inicial para pagamento dos valores retroativos, considerando a previsão dos arts. 3º a 6º da Lei 12.566/2012. Dessa forma, deve ser mantida a sentença quanto à obrigação de implementação da GAP V nos soldos do Apelado e pagamento dos valores retroativos a partir das datas previstas na Lei 12.566/2012. Por fim, assiste razão ao Apelante quanto à necessidade de observância do que fora estabelecido por meio da Emenda Constitucional n.º 113, de 8 de dezembro de 2021, para fixação dos consectários legais aplicáveis aos pagamentos retroativos. O art. 3º da referida Emenda trouxe novo regramento para as condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza. Assim, dispôs: Art. 3º Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Dessa forma, deve ser aplicado o artigo 3º da EC n.º 113/2021 para que os juros de mora e a correção monetária incidam de acordo com a taxa SELIC, desde a data da sua publicação. Em relação às parcelas vencidas em período anterior a 09 de dezembro de 2021, os valores apurados deverão ser pagos com atualização monetária e juros de acordo com os parâmetros fixados em sede de recursos extraordinário e especial repetitivos, respectivamente, pelo STF (RE 870.947/SE – Tema 810) e pelo STJ (REsp 1.495.146/MG – Tema 905), no sentido de que, no caso de condenação judicial de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E, até 08/12/2021. Ante o exposto, voto no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao Apelo, apenas para determinar que, a partir de 9 de dezembro de 2021, os juros de mora e a correção monetária incidam de acordo com as diretrizes determinadas no art. 3º da EC 113/2021 e, no período anterior, sejam aplicadas as teses reconhecidas pelo STF no RE 870.947 (Tema 810 do STF) e pelo STJ (REsp 1.495.146/MG – Tema 905). Mantém-se a sentença nos demais termos. Sala das Sessões, 6 de Novembro de

2023. Des. Antonio Adonias Aguiar Bastos Relator